CONTRATO Nº 06/2023
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 016/2023 – SEMA/PMT
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N° 00042.001813/2022-17–SEMA/PMT

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, QUE QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS RURAL – SAAD RURAL/PMT, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA GAMA COMERCIO SERVICOS EQUIPAMENTOS E INFORMATICA – GAMA DISTRIBUIDORA

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO DO BRASIL
Ag: 4249-8
C/C: 56.065-0

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Marechal Deodoro, nº 860, Palácio da Cidade, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS RURAL – SAAD RURAL/PMT**, com sede, foro e administração nesta capital, à Rua Firmino Pires, Nº. 165 - Centro, inscrita no CGC do MF sob o Nº. 06.859.722/0001-82, denominada **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Superintendente **EDVALDO MARQUES LOPES**, nomeado pelo Decreto Nº 22.370, de 22 de Abril de 2022, publicado no DOM de Nº 3.257, de 25 de abril de 2022, portador da matrícula funcional nº 95822, inscrito no CPF n° 138.918.393-91, RG n° 169.181, residente e domiciliado na Rua Treze de maio, n° 1154, bairro Vermelha, CEP: 64018285, Teresina-PI, e do outro lado a empresa **GAMA COMERCIO SERVICOS EQUIPAMENTOS E INFORMATICA,** com sede na Rua Sergipe, nº 1147, Pirajá, Teresina-PI, CEP: 64.003-720, inscrita sob o CNPJ Nº 15.088.408/0001-34, Insc. Estadual Nº 19.496.646-1, telefone: (86) 99960-0003 e (86) 32266125, e-mail: gamathe@hotmail.com, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela sua Sócia Administradora **HELCIA MENDES TEIXEIRA,** portador do RG nº 2.240.637 SSP-PI e do CPF nº 002.181.913-08, tendo em vista o que consta no Processo nº **00042.001813/2022-17** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, *do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013,* resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico

nº 016/2023, por Sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O objeto do presente Termo de Contrato é a eventual **aquisição de materiais de consumo, necessários ao desempenho das funções administrativas cotidianas da Superintendência de Ações Administrativas Descentralizadas Rural – SAAD RURAL/PMT** conforme as especificações a seguir.

1.2.Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3.Discriminação do objeto:

COTA PRINCIPAL

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
03	Água mineral, garrafão com 20 lts	5061	UNIDADE	648	R$ 7,00	R$ 4.536,00
06	Copo de água mineral 200ml caixa c/ 48 unidades	44272	CAIXA	810	R$ 33,00	R$ 26.730,00
TOTAL						**R$ 31.266,00**

COTA RESERVADA

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
09	Água mineral, garrafão com 20 lts	5061	UNIDADE	72	R$ 7,00	R$ 504,00
12	Copo de água mineral 200ml caixa c/ 48 unidades	44272	CAIXA	90	R$ 33,00	R$ 2.970,00
TOTAL						**R$ 3.474,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

2.1. Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 016/2023 com seus anexos e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, não sendo admitidas prorrogações.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Este contrato será executado mediante Ordem de Serviços/Nota de Empenho para autorização de continuidade emitida pelo CONTRATANTE, de acordo com a sua necessidade, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - LOCAL DE ENTREGA

5.1. Conforme indicado abaixo:

SAAD RURAL: Rua Firmino Pires, Nº. 165 – Centro, Teresina-PI, CEP: 64000-070

CLÁUSULA SEXTA – ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Se dará através de ordem de fornecimento e empenho, emitida por servidores especialmente designados.

6.2. Os materiais de consumo deverão ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nas quantidades, especificações, locais, datas e horários estipulados por cada Órgão Participante deste Sistema de Registro de Preços, **a contar da solicitação emitida**.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA– OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, quantidade e forma estabelecidos Contrato;

7.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7.6. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata;

7.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Contrato, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

7.8. Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços;

7.9. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo;

7.10. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o material, objeto do Contrato;

7.11. Fazer cumprir a garantia do material, quando for o caso.

7.12. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.2. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal nos quais constarão, dentre outros, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de1990);

8.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste contrato, o material com avarias ou defeitos;

8.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

8.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8.8. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante;

8.9. Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições, tais como impostos, taxas ou outros que decorram direta ou indiretamente do fornecimento do objeto;

8.10. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;

8.11. O objeto deste Contrato deverá ser entregue acompanhado de documentação fiscal e respectivo termo de garantia do fabricante, de acordo com os prazos estabelecidos neste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão feitos em até 30 (trinta) dias úteis através de depósito bancário (Banco do Brasil) na conta corrente da contratada, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada pelo servidor designado para fiscalizar a execução do Contrato, conforme quantitativos dos materiais solicitados e entregues naquele período, que deverá

indicar a agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o pagamento correspondente.

9.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.

9.3. A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.

9.4. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

a) Certidão Negativa de Débitos emitida pelo INSS;
b) Certidão de Regularidade de Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão de regularidade fiscal para com as Fazendas: Federal e Municipal.
Serão pagos os materiais efetivamente solicitados e devidamente recebidos e atestados.

CLÁUSULA DÉCIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

10.1. A execução e acompanhamento deste instrumento contratual serão fiscalizados por cada Órgão participante deste SRP. Onde cada Órgão participante é competente por acompanhar e fiscalizar seus contratos com a empresa Contratada. Sendo que cada Órgão participante desta cláusula compete, entre outras atribuições:

a. Solicitar à Contratada e seus prepostos, por escrito e devidamente protocolado, com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato;
b. Obter da Administração, por escrito e devidamente protocolado, com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato;
c. Anexar aos autos do processo administrativo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
d. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada;
e. Ordenar à Contratada que reponha os materiais entregues em desacordo com o especificado;
f. Atestar o recebimento do objeto contratual, no processo administrativo de pagamento requerido pela Contratada;
g. Informar imediatamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do conhecimento pelo fiscal do contrato, à Coordenação de Contratos e Licitações – SEMA quaisquer erros, imperfeições ou desacordos com as especificações ou prazo de entrega dos materiais que forem verificadas na execução deste contrato para que a contratada seja acionada juridicamente no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do conhecimento pelo fiscal do contrato;

h. Acompanhar os prazos de execução e de vigência deste termo contratual, manifestando-se quanto ao interesse de renovação do contrato informando a Coordenação de Contratos e Licitações no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis antes do término destes prazos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO:

11.1. No interesse da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado do Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

11.2.A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, dentro dos limites estabelecidos no subitem anterior.

11.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE DE PREÇOS, REVISÃO E DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS:

12.1. Os preços apresentados neste Contrato são fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas e de ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei nº 8666/93.

12.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme exposto em Decreto Municipal nº 9.175/2009.

12.3. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

a. Convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando a negociação para redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b. Frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido, sujeitando-se às penalidades previstas no edital e legislação específica em vigor;
c. Convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

12.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a. Liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes

apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou emissão da nota de empenho;
b. Convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação;
c. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. À Superintendência de Ações Administrativas Descentralizadas Rural – SAAD RURAL/PMT fica reservada o direito de rescindir, unilateralmente, o presente Contrato, independente de interpelação judicial, se a contratada:

a. Descumprir as cláusulas contratuais;
b. Executar o Contrato com irregularidade;
c. Atrasar ou paralisar, sem justificativa prévia, a entrega dos materiais;
d. Ceder ou transferir, no todo ou em parte, as obrigações pelo cumprimento deste Contrato;
e. Tiver falência decretada ou a entrada em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
f. Por superveniente incapacidade técnica;
g. For dissolvida a empresa.
§ 1° - No caso de rescisão por inadimplência da contratada será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.
§ 2° - No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATADA receberá somente o valor correspondente aos materiais entregues, deduzido o valor de multa contratual prevista na cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

14.1. A recusa injustificada da contratada em aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legais estabelecidas.

14.2. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, fica sujeita a CONTRATADA à multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta, não ultrapassando a 10% (dez por cento).

14.3. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Superintendência de Ações Administrativas Descentralizadas Rural – SAAD RURAL/PMT poderá garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

a. Advertência.
b. Multa equivalente a 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato pela inexecução total, ou 5% (cinco por cento) sobre o valor remanescente do mesmo, no caso de inexecução parcial.

c. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
d. Declaração de inidoneidade para com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Superintendência de Ações Administrativas Descentralizadas Rural – SAAD RURAL/PMT pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

14.4. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

14.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRERROGATIVA CONTRATUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

15.1. A Administração possui as seguintes prerrogativas contratuais:

a) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
b) rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8666/93;
c) fiscalizar-lhes a execução;
d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
e) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
e.1) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
e.2) Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1.Para os propósitos desta seção, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

(I) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
(II) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

(III) "prática conluiada": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
(IV) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar, causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

16.2.O licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16.2.1.Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, considera-se também como prática atentatória ao mais alto padrão de ética:

16.2.2. "prática obstrutiva":

(a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no item 16.1.;
(b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.3. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado, por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NO PREGÃO

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, e da Portaria FMS nº 123/2019, a Contratada que:

17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.1.6. Não mantiver a proposta.

17.2. No caso de inadimplemento de obrigação assumida pelo contratado, poderá a Administração aplicar as seguintes penalidades administrativas, observado o devido processo legal:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa compensatória;

17.2.3. Multa moratória;

17.2.4. Suspensão temporária;

17.2.5 Declaração de inidoneidade.

17.3. A penalidade advertência somente será aplicada durante a vigência da ata ou contrato.

17.4. No caso de descumprimento injustificado de qualquer prazo fixado pela Administração Contratante, poderá ser aplicada multa moratória, à proporção de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, observadas as seguintes condições:

17.5. A multa de mora incidirá sobre a parcela em atraso e poderá ser acumulada com quaisquer das demais penalidades previstas neste Regulamento.

17.6. O percentual acumulado da multa de mora ficará limitado a 20% (vinte por cento) da parcela em atraso.

17.7. O atraso injustiçado em período superior a 30 (trinta) dias poderá implicar a imposição de outras penalidades administrativa, bem como a rescisão do contrato, respeitado o direito ao contraditório e ampla defesa.

17.8. Em contratos com mais de uma infração, a multa moratória e a multa compensatória, quando cabíveis, poderão ser cumuladas, desde que digam respeito a fatos diferentes.

17.9. No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderá ser aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou do Contrato, sem prejuízo de outras penalidades.

17.10. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.10.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.10.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.10.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

17.11. Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente a Lei Municipal nº 3.338, de 2004 e Portaria FMS nº 123/2019;

17.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da PMT.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO E DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. Não se admite a subcontratação, nos termos do artigo 72 da Lei 8.666/93.

18.2. Não haverá exigência de garantia de execução da presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTIMATIVA DE CUSTO

19.1. A aquisição do material tem custo estimado orçado em: R$ **34.740,00 (trinta e quatro mil, setecentos e quarenta reais).**

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FONTE DE RECURSOS

20.1. As despesas decorrentes deste contrato com a empresa ganhadora, serão atendidas com recurso oriundos da dotação orçamentária indicada:

Dotação Orçamentária - **Programática:** 1800.04.122.0014.2109 – Administração da SAAD RURAL. **Elemento de Despesa:** 3.3.90.30- Material de Consumo; **Fonte de Recurso (FR):** 1500100 - Próprio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1.Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA TERCEIRA – FORO

23.1. É eleito o Foro do Município de Teresina (PI) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Teresina, 17 de abril de 2023

EDVALDO MARQUES LOPES
Superintendente SAAD RURAL/PMT
Responsável legal da CONTRATANTE

HELCIA MENDES TEIXEIRA
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: [illegible] Nome: João Alves de Macedo Neto
CPF: 065.311.183-50
Assessoria Técnica

CPF nº 005 334 563-04 CPF nº

Superintendência de Ações Administrativas Descentralizadas - NORTE

ID: 000500349900392023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 023/2022. HOMOLOGO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia - Obras II da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, considerando as documentações, a(s) proposta(s) de preços e o que foi apresentado pela referida Comissão, conforme Processo Eletrônico nº 00050.003314/2022-24-SAAD Norte, referente à licitação modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 023/2022, nos termos da legislação específica aplicável e, em consequência, ADJUDICO o seu objeto, que diz respeito à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADA E ESTACIONAMENTO EM ÁREA VERDE, LOCALIZADO NA AV. JANGO, NO RESIDENCIAL PRADO JÚNIOR (TERESINA – PI) à empresa PACON-CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA R$ 136.526,85 (Cento e trinta e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos). A presente homologação encontra-se em conformidade com a ata de sessão do relatório apresentado, na qual a referida licitante foi declarada vencedora, com base no CRITÉRIO DE MENOR PREÇO.

Superintendência de Ações Administrativas Descentralizadas - RURAL

ID: 000830349900402023

PORTARIA Nº 07/2023, 17 DE ABRIL DE 2023. O SUPERINTENDENTE DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS RURAL – SAAD-RURAL/PMT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM FUNDAMENTO NO ART. 67 DA LEI 8.666/93, RESOLVE: ART. 1º DESIGNAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS PARA ATUAREM COMO EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 06/2023, FIRMADO ENTRE SAAD-RURAL/PMT E A EMPRESA GAMA COMERCIO SERVICOS EQUIPAMENTOS E INFORMATICA (CNPJ/MF N.º 15.088.408/0001-34, , INSC. ESTADUAL Nº 19.496.646-1), QUE TEM COMO OBJETO DO CONTRATO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS AO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS COTIDIANAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS RURAL – SAAD RURAL/PMT. I – GESTOR TITULAR: ANTONIO FRANCISCO SOARES CAMPOS – CPF: 304.807.363-91; II- FISCAL TITULAR: JOSÉ FRANCISCO COUTINHO DOS SANTOS - CPF: 199.553.753-53. ART. 2º COMPETE AO SERVIDOR DESIGNADO COMO GESTOR GERENCIAR O CONTRATO ATÉ O TÉRMINO DE SUA VIGÊNCIA, CONTROLANDO O PRAZO DE VIGÊNCIA E EVENTUAIS PRORROGAÇÕES; MANTER O CONTROLE ATUALIZADO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS E ANALISAR OS REQUERIMENTOS DE REAJUSTAMENTO CONTRATUAL, ALÉM DE OUTRAS ATIVIDADES INERENTES À GESTÃO CONTRATUAL. O GESTOR ACIMA DESIGNADO RESPONDE PELO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES A ELE CONFIADAS. ART. 3º COMPETE AO FISCAL DESIGNADO FISCALIZAR A EXECUÇÃO E ADIMPLEMENTO REGULAR DO CONTRATO, COMUNICANDO FORMALMENTE À UNIDADE COMPETENTE, APÓS CONTATOS PRÉVIOS COM A CONTRATADA, AS IRREGULARIDADES COMETIDAS PASSÍVEIS DE PENALIDADE, ALÉM DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES LEGAIS A ELE INERENTES. RESPONDE O FISCAL, PELO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES A ELE CONFIADAS. ART. 4º ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, RETROAGINDO SEUS EFEITOS À DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. ASSINADO EM 17/04/2023. ASSINADO POR EDVALDO MARQUES LOPES – SUPERINTENDENTE DA SAAD RURAL/PMT.

ID: 000830349900412023

PORTARIA Nº 08/2023, 17 DE ABRIL DE 2023. O SUPERINTENDENTE DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS RURAL – SAAD-RURAL/PMT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM FUNDAMENTO NO ART. 67 DA LEI 8.666/93, RESOLVE: ART.1º DESIGNAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS PARA ATUAREM COMO EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 07/2023, FIRMADO ENTRE SAAD-RURAL/PMT E A EMPRESA F L SAMPAIO DE ABREU LTDA (CNPJ Nº 11.285.397/0001-21, INSC. ESTADUAL Nº 123226546), QUE TEM COMO OBJETO DO CONTRATO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS AO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS COTIDIANAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS RURAL – SAAD RURAL/PMT. I – GESTOR TITULAR: ANTONIO FRANCISCO SOARES CAMPOS – CPF: 304.807.363-91; II- FISCAL TITULAR: JOSÉ FRANCISCO COUTINHO DOS SANTOS - CPF: 199.553.753-53. ART. 2º COMPETE AO SERVIDOR DESIGNADO COMO GESTOR GERENCIAR O CONTRATO ATÉ O TÉRMINO DE SUA VIGÊNCIA, CONTROLANDO O PRAZO DE VIGÊNCIA E EVENTUAIS PRORROGAÇÕES; MANTER O CONTROLE ATUALIZADO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS E ANALISAR OS REQUERIMENTOS DE REAJUSTAMENTO CONTRATUAL, ALÉM DE OUTRAS ATIVIDADES INERENTES À GESTÃO CONTRATUAL. O GESTOR ACIMA DESIGNADO RESPONDE PELO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES A ELE CONFIADAS. ART. 3º COMPETE AO FISCAL DESIGNADO FISCALIZAR A EXECUÇÃO E ADIMPLEMENTO REGULAR DO CONTRATO, COMUNICANDO FORMALMENTE À UNIDADE COMPETENTE, APÓS CONTATOS PRÉVIOS COM A CONTRATADA, AS IRREGULARIDADES COMETIDAS PASSÍVEIS DE PENALIDADE, ALÉM DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES LEGAIS A ELE INERENTES. RESPONDE O FISCAL, PELO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES A ELE CONFIADAS. ART. 4º ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, RETROAGINDO SEUS EFEITOS À DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. ASSINADO EM 17/04/2023. ASSINADO POR EDVALDO MARQUES LOPES – SUPERINTENDENTE DA SAAD RURAL/PMT.

ID: 000830349900422023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2023 – SAAD RURAL/PMT. PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N° 00042.001813/2022-17– SEMA/PMT, PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 016/2023 – SEMA/PMT). CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS RURAL – SAAD RURAL/PMT, REPRESENTADA POR SEU SUPERINTENDENTE EDVALDO MARQUES LOPES, NOMEADO PELO DECRETO Nº 22.370, DE 22 DE ABRIL DE 2022, PUBLICADO NO DOM DE Nº 3.257, DE 25 DE ABRIL DE 2022, PORTADOR DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº 95822, INSCRITO NO CPF N° 138.918.393-91, RG N° 169.181, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA TREZE DE MAIO, N° 1154, BAIRRO VERMELHA, CEP: 64018285, TERESINA-PI. CONTRATADA: GAMA COMERCIO SERVICOS EQUIPAMENTOS E INFORMATICA, COM SEDE NA RUA SERGIPE, Nº 1147, PIRAJÁ, TERESINA-PI, CEP: 64.003-720, INSCRITA SOB O CNPJ Nº 15.088.408/0001-34, INSC. ESTADUAL Nº 19.496.646-1, TELEFONE: (86) 99960-0003 E (86) 32266125, E-MAIL: GAMATHE@HOTMAIL.COM, NESTE ATO REPRESENTADA PELA SUA SÓCIA ADMINISTRADORA HELCIA MENDES TEIXEIRA, PORTADOR DO RG Nº 2.240.637 SSP-PI E DO CPF Nº 002.181.913-08. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: 1.1 O OBJETO DO PRESENTE TERMO DE CONTRATO É A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, NECESSÁRIOS AO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS COTIDIANAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS RURAL – SAAD RURAL/PMT CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR. 1.2 ESTE TERMO DE CONTRATO VINCULA-SE AO EDITAL DO PREGÃO, IDENTIFICADO NO PREÂMBULO E À PROPOSTA VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO. 1.3. DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO: COTA PRINCIPAL:

ITEM 03/ DESCRIÇÃO:ÁGUA MINERAL, GARRAFÃO COM 20 LTS/ CÓD. E-GOVERNE: 5061/ QUANTIDADE: 648 (UNID)/ VALOR UNITÁRIO: R$ 7,00/ VALOR TOTAL: R$ 4.536,00; ITEM 06/ DESCRIÇÃO: COPO DE ÁGUA MINERAL 200ML CAIXA C/ 48 UNIDADES/ CÓD. E-GOVERNE: 44272/ QUANTIDADE: 810 (CAIXA)/ VALOR UNITÁRIO: R$ 33,00/ VALOR TOTAL: R$ 26.730,00/ TOTAL: R$ 31.266,00. COTA RESERVADA: ITEM 09/ DESCRIÇÃO: ÁGUA MINERAL, GARRAFÃO COM 20 LTS/ CÓD. E-GOVERNE: 5061/ QUANTIDADE: 72 (UNID)/ VALOR UNITÁRIO: R$ 7,00/ VALOR TOTAL: R$ 504,00; ITEM 12/ DESCRIÇÃO: COPO DE ÁGUA MINERAL 200ML CAIXA C/ 48 UNIDADES/ CÓD. E-GOVERNE: 44272/ QUANTIDADE: 90 (CAIXA)/ VALOR UNITÁRIO: R$ 33,00/ VALOR TOTAL: R$ 2.970,00/ TOTAL: R$ 3.474,00. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA ASSINATURA, NÃO SENDO ADMITIDAS PRORROGAÇÕES. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTIMATIVA DE CUSTO 19.1. A AQUISIÇÃO DO MATERIAL TEM CUSTO ESTIMADO ORÇADO EM: R$ 34.740,00 (TRINTA E QUATRO MIL SETECENTOS E QUARENTA REAIS). CLÁUSULA VIGÉSIMA - FONTE DE RECURSOS 20.1. AS DESPESAS DECORRENTES DESTE CONTRATO COM A EMPRESA GANHADORA, SERÃO ATENDIDAS COM RECURSO ORIUNDOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROGRAMÁTICA: 1800.04.122.0014.2109 – ADMINISTRAÇÃO DA SAAD RURAL. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30- MATERIAL DE CONSUMO; FONTE DE RECURSO (FR): 1500100 - PRÓPRIO. ASSINADO EM: 17 DE ABRIL DE 2023. ASSINAM PELA CONTRATANTE: EDVALDO MARQUES LOPES – SUPERINTENDENTE DA SAAD RURAL/ PMT, PELA CONTRATADA: HELCIA MENDES TEIXEIRA – REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

ID: 000830349900432023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2023 – SAAD RURAL/PMT. PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N° 00042.001813/2022-17– SEMA/PMT, PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 016/2023 – SEMA/ PMT). CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS RURAL – SAAD RURAL/ PMT, REPRESENTADA POR SEU SUPERINTENDENTE EDVALDO MARQUES LOPES, NOMEADO PELO DECRETO Nº 22.370, DE 22 DE ABRIL DE 2022, PUBLICADO NO DOM DE Nº 3.257, DE 25 DE ABRIL DE 2022, PORTADOR DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº 95822, INSCRITO NO CPF N° 138.918.393-91, RG N° 169.181, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA TREZE DE MAIO, N° 1154, BAIRRO VERMELHA, CEP: 64018285, TERESINA-PI. CONTRATADA: F L SAMPAIO DE ABREU LTDA, COM SEDE AV. PRESIDENTE MÉDICI, Nº 2346, FORMOSA. TIMON-MA. CEP: 65636040, INSCRITA SOB O CNPJ Nº 11.285.397/0001-21, INSC. ESTADUAL Nº 123226546, TELEFONE: (86) 3212-1454 E (86) 99596-3528, E--MAIL: LICITACAOVARIEDADESGLOBAL@GMAIL.COM, NESTE ATO REPRESENTADA PELA SUA SÓCIA ADMINISTRADORA FELIPE LAÉCIO SAMPAIO DE ABREU, PORTADOR DO R.G Nº 3.008.371 SSP-PI E INSCRITO NO CPF Nº 044.665.523-63. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: 1.1 O OBJETO DO PRESENTE TERMO DE CONTRATO É A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, NECESSÁRIOS AO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS COTIDIANAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS RURAL – SAAD RURAL/PMT CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR. 1.2 ESTE TERMO DE CONTRATO VINCULA-SE AO EDITAL DO PREGÃO, IDENTIFICADO NO PREÂMBULO E À PROPOSTA VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO. 1.3. DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO. COTA PRINCIPAL: ITEM 01/ DESCRIÇÃO: AÇÚCAR CRISTAL, PACOTE DE 1KG. MARCA: OLHO D'ÁGUA/ CÓD. E-GOVERNE: 44270/ QUANTIDADE: 270 (PACOTE)/ VALOR UNITÁRIO: R$ 4,20/ VALOR TOTAL: R$ 1.134,00; ITEM 04/ DESCRIÇÃO: CAFÉ EM PÓ, PACOTE ALUMINIZADO, ALTO VÁCUO DE 250G. MARCA: SANTA CLARA/ CÓD. E-GOVERNE: 6928/ QUANTIDADE: 612 (PACOTE)/ VALOR UNITÁRIO: R$ 8,16/ VALOR TOTAL: R$ 4.993,92; ITEM 05/ DESCRIÇÃO: COPO DESCARTÁVEL 180 ML, PACOTE COM 100 (CEM) UNIDADES. MARCA: TOTALPLAST/ CÓD. E-GOVERNE: 44271/ 1800 (PACOTE)/ VALOR UNITÁRIO: R$ 5,09/ VALOR TOTAL: R$ 9.162,00/ TOTAL: R$ 15.289,92. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL 3.1. O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12(DOZE) MESES, A CONTAR DA ASSINATURA, NÃO SENDO ADMITIDAS PRORROGAÇÕES. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTIMATIVA DE CUSTO 19.1. A AQUISIÇÃO DO MATERIAL TEM CUSTO ESTIMADO ORÇADO EM: R$ 15.289,92 (QUINZE MIL DUZENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS). CLÁUSULA VIGÉSIMA - FONTE DE RECURSOS 20.1. AS DESPESAS DECORRENTES DESTE CONTRATO COM A EMPRESA GANHADORA, SERÃO ATENDIDAS COM RECURSOS ORIUNDOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROGRAMÁTICA: 1800.04.122.0014.2109 – ADMINISTRAÇÃO DA SAAD RURAL. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; FONTE DE RECURSO (FR): 1500100 - PRÓPRIO. ASSINADO EM: 17 DE ABRIL DE 2023. ASSINAM PELA CONTRATANTE: EDVALDO MARQUES LOPES – SUPERINTENDENTE DA SAAD RURAL/PMT, PELA CONTRATADA: FELIPE LAÉCIO SAMPAIO DE ABREU – REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

Comissão de Licitação

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

CENTRAL DE LICITAÇÕES

ID: 000420349900442023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS RETIFICADA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2023. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº016/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVONº 00042.001813/2022-17 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES. Aos doze dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, na sede da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA, situada na Rua Firmino Pires, nº 121, Centro/Norte, CEP 64001-070, inscrita no CNPJ sob o nº 06.554.869/0007- 50, neste ato representada pelo Sr. Secretário LEONARDO SILVA FREITAS, inscrito no CPF sob nº 022.078.993-22, ao final assinado, e a empresa qualificada abaixo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 9.175 de 02.02.2009, Decreto Municipal n° 20.697 de 08.03.2021, Decreto Federal nº 7.892 de 23.01.2013 e Decreto n° 13.045, de 16.07.2013 e das demais normas aplicáveis à espécie, resolvem efetuar o registro de preços, conforme decisão alcançada pela Pregoeira CHRISTIANA BARROS CASTELO BRANCO, Doc. SEI nº 4900446 e HOMOLOGADA conforme Doc. SEI nº xxxx, ambas do Processo Administrativo SEI Nº 00042.001813/2022-17-SEMA, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços n°016/2023 – SEMA/PMT. Os preços registrados constam da planilha de preços abaixo, devendo-se observar quanto ao fornecimento, as seguintes cláusulas e condições: OBS: As informações detalhadas das empresas vencedoras desta Ata de Registro de Preços e os respectivos Itens com suas descrições, encontram-se nos Anexos desta Ata de Registro de Preços. 1. DO OBJETO 1.1 A presente Ata tem por objeto selecionar propostas para registro de preço, com vista à eventual aquisição de materiais de consumo, necessários ao desempenho das funções administrativas cotidianas dos órgãos da Prefeitura Municipal de Teresina. As especificações são as constantes no Termo de Referência que deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas. 2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2.1 O objeto deste instrumento permite a utilização da Ata de Registro de Preços por órgão ou entidades não participantes, mediante consulta à SEMA – órgão gerenciador – para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 2.2 Fica definido que a adesão a atas de registro de preços, por Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Teresina - PI, deve ser precedida de prévia análise, pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, sobre a compatibilidade dos